Estratégia OAB

3º SIMULADO PARA 1ª FASE XXX EXAME DE ORDEM

3º Simulado - XXX Exame de Ordem 2019

Nome: _____

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

1 – Esta prova é focada na 1ª fase do XXX Exame de Ordem da OAB;

2 – A prova contém **80 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;

3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora do certame, a FGV;

4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;

5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;

6 - **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

CARTÃO DE RESPOSTAS

1	A	B	C	D	**21**	A	B	C	D	**41**	A	B	C	D	**61**	A	B	C	D
2	A	B	C	D	**22**	A	B	C	D	**42**	A	B	C	D	**62**	A	B	C	D
3	A	B	C	D	**23**	A	B	C	D	**43**	A	B	C	D	**63**	A	B	C	D
4	A	B	C	D	**24**	A	B	C	D	**44**	A	B	C	D	**64**	A	B	C	D
5	A	B	C	D	**25**	A	B	C	D	**45**	A	B	C	D	**65**	A	B	C	D
6	A	B	C	D	**26**	A	B	C	D	**46**	A	B	C	D	**66**	A	B	C	D
7	A	B	C	D	**27**	A	B	C	D	**47**	A	B	C	D	**67**	A	B	C	D
8	A	B	C	D	**28**	A	B	C	D	**48**	A	B	C	D	**68**	A	B	C	D
9	A	B	C	D	**29**	A	B	C	D	**49**	A	B	C	D	**69**	A	B	C	D
10	A	B	C	D	**30**	A	B	C	D	**50**	A	B	C	D	**70**	A	B	C	D
11	A	B	C	D	**31**	A	B	C	D	**51**	A	B	C	D	**71**	A	B	C	D
12	A	B	C	D	**32**	A	B	C	D	**52**	A	B	C	D	**72**	A	B	C	D
13	A	B	C	D	**33**	A	B	C	D	**53**	A	B	C	D	**73**	A	B	C	D
14	A	B	C	D	**34**	A	B	C	D	**54**	A	B	C	D	**74**	A	B	C	D
15	A	B	C	D	**35**	A	B	C	D	**55**	A	B	C	D	**75**	A	B	C	D
16	A	B	C	D	**36**	A	B	C	D	**56**	A	B	C	D	**76**	A	B	C	D
17	A	B	C	D	**37**	A	B	C	D	**57**	A	B	C	D	**77**	A	B	C	D
18	A	B	C	D	**38**	A	B	C	D	**58**	A	B	C	D	**78**	A	B	C	D
19	A	B	C	D	**39**	A	B	C	D	**59**	A	B	C	D	**79**	A	B	C	D
20	A	B	C	D	**40**	A	B	C	D	**60**	A	B	C	D	**80**	A	B	C	D

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

Questão 1

João é estudante do terceiro ano de curso jurídico e estagiário de advocacia regularmente inscrito. Renato, seu primo, foi preso ilegalmente. Para ajudá-lo, João impetra habeas corpus para proteger o direito de ir e vir de Renato.

Diante dessa situação, assinale a afirmativa correta.

a) João poderá impetrar habeas corpus por ser estagiário de advocacia regularmente inscrito, desde que em conjunto com advogado e sob responsabilidade deste.

b) João não poderá impetrar habeas corpus por ser esta atividade privativa de advogado.

c) João poderia impetrar habeas corpus ainda que não fosse estagiário de advocacia, pois a impetração de habeas corpus não é atividade privativa de advogado.

d) João poderia inclusive exercer atividades de consultoria jurídica para Renato, isoladamente e de forma independente.

Questão 2

Marcelo, cliente da advogada Letícia, encontra-se preso em estabelecimento prisional. Antes da prisão, Letícia e Marcelo comunicaram-se por e-mail, exclusivamente para que a advogada pudesse orientar seu cliente a respeito de seus direitos.

Com base na situação narrada, é correto afirmar que:

a) Como Marcelo está preso e considerado incomunicável, Letícia não poderá comunicar-se pessoalmente com seu cliente.

b) As conversas entre o cliente e a advogada são sigilosas, salvo aquelas efetuadas por meio eletrônico em caso de suspeita de confissão de crime do cliente para o advogado.

c) Letícia tem o direito de recusar-se a depor como testemunha sobre fato relacionado com seu cliente, ainda que ela deixe de representá-lo.

d) Letícia só poderá entrar em edifício ou recinto em que funcione repartição judicial ou outro serviço público para colher prova ou informação útil ao exercício da atividade profissional dentro do expediente do local.

Questão 3

O advogado X recebeu proposta de seu amigo para participar de atividades de ética duvidosa, a fim de ganhar algum dinheiro extra. X ainda não decidiu se vai ajudar seu amigo, que está passando por dificuldades financeiras e precisará dos conselhos de um advogado de confiança para ter sucesso em seu empreendimento.

Com base no CED e na situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta:

a) Caso X decida ajudar seu amigo, não haverá violação ao Código de Ética, pois a atividade não é ilegal, apesar de moralmente duvidosa.

b) X não deverá aceitar a proposta por ser vedado ao advogado vincular seu nome a empreendimento de cunho manifestamente duvidoso, mas não haverá violação ao Código de Ética caso ele auxilie o amigo sem que seu nome esteja vinculado à atividade.

c) X não precisa preocupar-se com sua reputação pessoal, apenas profissional.

d) X deve informar ao seu amigo que não poderá participar do empreendimento, pois o exercício da advocacia exige conduta compatível com os preceitos do Código de Ética, do Estatuto, do Regulamento Geral, dos Provimentos e com os demais princípios da moral individual, social e profissional.

Questão 4

Rodrigo e Saulo são estudantes de curso jurídico e têm dúvidas a respeito de quem é impedido de exercer a advocacia, de funções privativas de advogado, entre outros assuntos relacionados à atividade de advocacia em geral.

Por isso, eles decidem consultar o Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, corretamente concluindo que

a) O advogado poderá ser patrono e preposto de empregador ou cliente no mesmo processo, simultaneamente.

b) A função de diretoria e gerência jurídicas em empresas públicas, privadas ou paraestatais é privativa de advogado.

c) O efetivo exercício da atividade de advocacia é comprovado com a participação anual mínima em cinco atos privativos de advogado, ainda que na mesma causa.

d) O visto do advogado em atos constitutivos de pessoas

jurídicas, indispensável ao registro e arquivamento nos órgãos competentes, é ato que pode ser exercido por qualquer advogado.

Questão 5

Durante uma audiência trabalhista, Josefa, advogada da reclamante, percebe que sua cliente está em clara desvantagem, e começa a questionar a condução do processo pelo magistrado, Bernardinho, realizando, inclusive, constantes insinuações acerca de suas decisões terem cunho subjetivo.

Em determinado momento da audiência, a advogada ofende o magistrado, chamando-o de burro e incompetente, o qual a repreende, sob a alegação de desacato.

Diante do caso narrado, assinale a alternativa correta.

a) A advogada tem imunidade profissional, não sendo punível qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade, em juízo ou fora dele.

b) A advogada possui imunidade profissional somente quanto a atos tipificados como difamação, quando referentes a manifestações de sua parte, no exercício de sua atividade.

c) A advogada deverá responder na esfera penal por desacato, haja vista que a imunidade profissional se refere quanto a atos de injúria e difamação praticados apenas no exercício de sua atividade em juízo.

d) A advogada deverá responder na esfera penal por desacato, além das demais sanções cabíveis, haja vista que a imunidade profissional se refere quanto a atos de injúria e difamação praticados no exercício de sua atividade, sendo, ainda, puníveis os excessos que cometer.

Questão 6

Frajola, autônomo, foi contratado como advogado do supermercado "Bom&Barato" para a defesa de uma causa milionária, esta referente ao falecimento de uma empregada, durante o expediente, por condições de trabalho precário.

Com relação ao pagamento dos honorários advocatícios, assinale a alternativa correta.

a) O advogado não poderá empregar para o recebimento de honorários o sistema de cartão de crédito, haja vista a natureza mercantil.

b) O advogado não poderá emitir fatura, mesmo quando o cliente assim solicitar.

c) O crédito por honorários advocatícios autoriza o saque de duplicatas, conforme pactuado com o cliente em contrato de prestação de serviço.

d) O advogado poderá emitir fatura, quando o cliente assim pretender, hipótese que não se autoriza eventual protesto.

Questão 7

Em sessão realizada no Conselho Federal da OAB diversas autoridades comparecem para fins de participação na votação sobre o repasse de verbas a determinados órgãos jurídicos.

Acerca da possibilidade de voz e voto na sessão do Conselho Federal, assinale a alternativa correta.

a) Os presidentes dos Conselhos Seccionais, nas sessões do Conselho Federal, têm lugar reservado junto à delegação respectiva e direito a voz e voto.

b) O detentor da Medalha Rui Barbosa possui direito a voto e voz.

c) O detentor da Medalha Rui Barbosa possui somente direito a voto.

d) O Ex-Presidente do Conselho Federal, a título honorário, possui somente direito a voz.

Questão 8

Sandy Lima ajuizou ação de cobrança em face de Priscilinha Ferreira, visando o recebimento de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), que tinham sido emprestados pela primeira a segunda. Após a devida instrução processual, Sandy obteve completo êxito na demanda proposta, o que alegrou imensamente a sua advogada, recém-formada, Rosebel.

No entanto, mesmo após o trânsito em julgado da ação, Sandy ainda não realizou o pagamento dos honorários advocatícios de sua advogada.

Assim, caso Rosebel tenha a intenção de propor ação de cobrança de honorários, o prazo prescricional para tal demanda será de

a) 01 ano.

b) 02 anos.

c) 03 anos.

d) 05 anos.

FILOSOFIA DO DIREITO

Questão 09

No que se refere aos conflitos aparentes de normas e aos métodos para sua resolução, é CORRETO afirmar:

a) O critério de especialidade se sobrepõe em relação aos demais.

b) O conflito pode ser total ou parcial. No primeiro caso, a solução leva à ab-rogação; no segundo à derrogação.

c) Quando se instaura um conflito entre os meios de solução de conflito, temos uma antinomia de primeiro grau.

d) Havendo conflito entre normas do mesmo nível, gerais e contemporâneas, a escolha da lei aplicável passa a ser discricionária.

Questão 10

Quando ao utilitarismo de John Stuart Mill é CORRETO afirmar:

a) Ignorou a crítica ao utilitarismo de que a teoria não considera os direitos individuais e defendeu que todas as questões morais devem ser reduzidas operações matemáticas de dor e prazer a médio prazo.

b) A única base para classificar as experiências é se o prazer é mais ou menos duradouro e intenso, não se devendo realizar qualquer tipo de julgamento qualitativo sobre elas.

c) Mesmo dentro de uma ótima utilitarista, a liberdade deve ser vista como um fator fundamental à vida em sociedade.

d) O nível de bem-estar gerado pelas ações deve ser considerado a curto prazo, uma vez que experimentamos o prazer de forma imediatista.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 11

O serviço militar é obrigatório, com base no caput do art. 143 da Constituição Federal de 1988. Mesmo diante de tal fato, Marcos recusou-se a prestá-lo, com fundamento na escusa de consciência em razão de sua crença religiosa. Diante de tal caso, é possível afirmar que:

a) Marcos poderá sofrer restrição de direitos, caso se recuse a cumprir prestação alternativa fixada em lei.

b) Nada poderá ser exigido de Marcos, visto que a liberdade religiosa é uma premissa da Constituição Federal.

c) Ainda que Marcos cumpra a prestação alternativa, não deixará de sofrer restrição a direitos.

d) Marcos não pode alegar escusa de consciência, visto que a prestação atinge a todos os brasileiros do sexo masculino.

Questão 12

Ana, nascida na Itália, naturalizou-se brasileira no ano de 2006. Entretanto, no ano de 2018, foi condenada (na Itália) por comprovado envolvimento com tráfico ilícito de drogas, no território italiano, entre os anos de 2013 e 2016. Antes da condenação, em 2017, Ana passou a residir no Brasil. A Itália, com quem o Brasil possui tratado de extradição, requer a imediata extradição de Ana, a fim de que ela cumpra, no território italiano, a pena à qual foi condenada. Preocupada, Ana procura uma advogada e a questiona acerca da possibilidade de o Brasil extraditá-la. A advogada, orienta sua cliente afirmando que a extradição de acordo com a CRFB/88:

a) não será possível, visto que a Constituição Federal não faz distinção entre o brasileiro nato e o brasileiro naturalizado.

b) não será possível, pois o Brasil não extradita seus cidadãos nacionais naturalizados por crime comum praticado após a oficialização do processo de naturalização.

c) é possível, pois a Constituição Federal prevê que é permitida a extradição em caso de comprovado envolvimento com tráfico ilícito de drogas, ainda que praticado após a naturalização.

d) é possível, pois a Constituição Federal autoriza que o Brasil extradite qualquer brasileiro quando comprovado o seu envolvimento na prática de crime hediondo em outro país.

Questão 13

A Mesa do Senado Federal encaminhou ao Ministro de Estado da Educação pedido escrito com informações sobre a destinação de verbas para a educação. Passados trinta dias do recebimento do documento, não há qualquer resposta por parte do ministério, sendo que o ministro da referida pasta entende que as questões suscitadas não demandam resposta ministerial, por não possuírem caráter técnico, mas apenas político. Contrariado, o Presidente da Mesa do Senado Federal submete a questão à apreciação de sua assessoria jurídica. Com base no caso narrado, assinale a opção que apresenta, de acordo com o sistema jurídico-constitucional brasileiro, a resposta correta.

a) O Ministro de Estado da Educação, apenas está obrigado a responder aos pedidos oriundos do Presidente da República, por se submeter hierarquicamente a ele.

b) Com base no princípio da Separação dos Poderes, a ausência de resposta por parte do Ministro não poderá acarretar sanções jurídicas, embora possa gerar uma crise política.

c) A ausência de resposta poderá fazer com que o Ministro responsável pela pasta venha a responder por crime,

perante o Superior Tribunal de Justiça, caso seja denunciado pelo Ministério Público.

d) O Ministro de Estado poderá responder por crime de responsabilidade, não lhe sendo assegurada discricionariedade para deixar de responder ao pedido de informações formulado pela Mesa do Senado Federal.

Questão 14

No terceiro ano de mandato, em viagem à França, o avião presidencial sofreu um acidente, vindo a vitimar o Presidente da República e o seu Vice. O Presidente do Supremo Tribunal Federal fez uma coletiva de imprensa afirmando que assumiria a Presidência interinamente, até convocação de eleições diretas. Diante do caso narrado e com base no sistema jurídico-constitucional brasileiro:

a) Na verdade, o Presidente do Senado Federal assume o cargo e completa o mandato.

b) O Presidente do Supremo Tribunal Federal agiu corretamente, ele assumirá o cargo até convocação de eleições diretas.

c) O Presidente do Supremo Tribunal Federal assumirá o cargo, mas as eleições serão indiretas.

d) Tecnicamente, é o Presidente da Câmara quem deve assumir o cargo e convocar novas eleições, que serão realizadas trinta dias após a abertura das vagas pelo Congresso Nacional na forma da lei.

Questão 15

Determinado projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo estava em tramitação e muitos juristas questionaram a constitucionalidade de diversos dispositivos nele inseridos. Mesmo com a controvérsia doutrinária, o projeto foi aprovado pelo Congresso Nacional. Diante da grande possibilidade de a lei ser alvo de ataques perante o Poder Judiciário, o Procurador Geral da República resolveu no primeiro dia de vigência, ajuizar uma Ação Declaratória de Constitucionalidade. E ainda, requereu medida cautelar perante o Supremo Tribunal Federal. Muitos juristas afirmaram não haver possibilidade da propositura da ADC, e ainda, da medida cautelar em ADC. Com base no caso apresentado, analise as afirmações abaixo.

a) É cabível a ADC diante da controvérsia doutrinária, bem como é cabível a medida cautelar, buscando a suspensão do julgamento dos processos que envolvam a aplicação da lei até o julgamento final do mérito.

b) Não é cabível a ADC, pois no caso prático tratado não há controvérsia judicial relevante. Além disso, é possível afirmar, do ponto de vista jurídico, que a medida de controle abstrato admite o cabimento de uma tutela cautelar.

c) Não é cabível a ADC, visto a falta de controvérsia judicial relevante. E ainda, não é cabível medida cautelar no âmbito de qualquer ADC.

d) É cabível ADC, diante da controvérsia doutrinária, mas não é cabível medida cautelar, tendo em vista a falta dos pressupostos.

Questão 16.

Um Deputado Federal apresentou projeto de lei pelo qual a União deveria adotar providências necessárias para que toda a população brasileira fosse vacinada contra determinada doença causadora de pandemia transmitida por mosquito. Na Câmara dos Deputados, o projeto de lei sofreu emendas, diante da preocupação de que os servidores da saúde descumprissem a determinação, tendo em vista os salários baixos, logo, uma das emendas foi para majoração da remuneração dos servidores. Após a aprovação em ambas as Casas do Congresso Nacional, o projeto foi encaminhado ao Presidente da República. Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta.

a) Não há motivos para que o Presidente da República venha a vetar o projeto de lei por inconstitucionalidade formal, mas poderá vetá-lo por entender contrário ao interesse público, devendo fazê-lo no prazo de quinze dias úteis.

b) O Presidente da República poderá vetar o projeto de lei, diante da inconstitucionalidade formal, visto que os projetos de lei que importem despesas para o Poder Executivo são de iniciativa privativa do Presidente da República, devendo o veto ser exercido no prazo de quinze dias corridos.

c) O Presidente da República poderá vetar o projeto de lei, diante da inconstitucionalidade formal, na parte que majorou a remuneração dos servidores públicos, visto que a iniciativa legislativa dessa matéria é privativa do Chefe do Poder Executivo, devendo o veto ser exercido no prazo de quinze dias úteis.

d) O Presidente da República poderá vetar o projeto de lei, diante da inconstitucionalidade formal, visto que os projetos de lei que importem despesas para o Poder Executivo são de iniciativa privativa do Presidente da República, devendo o veto ser exercido no prazo de quinze dias úteis, mas a sanção poderá convalidar o vício.

Questão 17

Mariana, cidadã brasileira e em pleno gozo dos direitos políticos, impossibilitada de exercer alguns direitos e liberdades constitucionais em razão da falta de norma regulamentadora de texto Constitucional, inclusive sendo o poder de iniciativa legislativa reservado ao Presidente da República, procura um advogado para tomar as

medidas judiciais cabíveis. Com base no caso apresentado, assinale a alternativa correta.

a) O instrumento processual a ser utilizado será a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, em razão da omissão por falta de norma regulamentadora.

b) Será cabível o Mandado de Segurança, visto que estamos diante de direito líquido e certo, não amparado por Habeas Corpus ou Habeas Data.

c) Será cabível o Mandado de Injunção, instrumento processual a ser utilizado em razão da impossibilidade de exercer direitos e liberdades constitucionais por ausência de regulamentação.

d) A Ação Popular é o instrumento processual adequado, diante da impossibilidade do exercício de direitos e liberdades constitucionais.

DIREITOS HUMANOS

Questão 18

Yussif é egípcio e foi perseguido em seu país, razão pela qual fugiu para o Brasil há 4 anos, com reconhecimento de sua condição de refugiado. Sua esposa, Missadi, decidiu então vir para o Brasil, em que pese não se encontrar refugiada. Com base nesta situação, Yussif procurou você, advogado, para saber sobre a situação de sua esposa aqui no Brasil.

Assinale a alternativa que corresponda a informação que você dará a Yussif e sua esposa, com base no Estatuto dos Refugiados.

a) Para que Missadi possa viver no Brasil com Yussif, ela deverá comprovar que depende economicamente dele, pois a legislação brasileira só estende a condição de refugiado a dependentes.

b) A condição de refugiada poderá ser estendida a Missadi, desde que haja uma avaliação realizada por representante do governo brasileiro atestando tal necessidade.

c) Missadi não poderá residir no Brasil na qualidade de refugiada, pois em hipótese alguma é possível a extensão de tal qualidade.

d) Apesar de Missadi não ser refugiada, ela poderá obter autorização para residência no Brasil, porque os efeitos da condição de refugiado de Yussif são extensivos a ela.

Questão 19

Chico é um senhor de 85 anos de idade que atualmente encontra-se em situação de total abandono por parte de seus filhos, que apesar de serem servidores públicos, não auxiliam em absolutamente nada o senhor, nem mesmo para a aquisição de sua comida. Uma vizinha, que não se conforma com a situação de descaso, procurou-lhe para que você, na qualidade de advogado, busque amparo judicial para o idoso.

Assinale a opção que corresponde ao que você deverá informar nesta consultoria jurídica, com base nas normas do Estatuto do Idoso.

a) A pensão alimentícia por parte dos filhos é exigível, mas caso haja inadimplência, não há medida a ser determinada pelo Poder Judiciário, tendo em vista que se trata de questão privada.

b) Não há nada a ser feito neste caso, pois a obrigação alimentar é apenas dos pais para com os filhos.

c) No ordenamento jurídico brasileiro não há previsão de medida a ser aplicado neste caso, de modo que a única solução possível é contar com a solidariedade de pessoas próximas.

d) Chico poderá exigir judicialmente dos filhos a prestação alimentar, mas caso seus filhos se mantenham omissos, o Poder Judiciário pode determinar medida de orientação e apoio temporário.

DIREITO INTERNACIONAL

Questão 20

A cooperação jurídica internacional consiste nas medidas de cooperação entre dois Estados sobre determinada matéria ligada aos dois por situações de conexão. Ocorre quando uma medida necessária ao exercício do direito em questão foge da jurisdição nacional, motivo pelo qual é necessário o seu encaminhamento à autoridade estrangeira para a realização da medida solicitada pela autoridade nacional.

Nesse sentido, uma carta rogatória foi encaminhada para citação de um indivíduo domiciliado em Salvador/BA, para que respondesse a um processo de divórcio na Argentina. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

a) Não será necessário obter *exequatur* em função do tratado multilateral ratificado por ambos os países.

b) O Superior Tribunal de Justiça deverá conceder o exequatur, cabendo à justiça estadual cumprir a ordem de citação.

c) A concessão de *exequatur* caberá ao Supremo Tribunal Federal e seu posterior cumprimento à justiça estadual ou federal, a depender do caso concreto.

d) A concessão de exequatur caberá ao Superior Tribunal de Justiça e seu posterior cumprimento à justiça federal.

Questão 21

A sociedade empresária brasileira do ramo de imóveis,

New Grease, celebrou contrato internacional de prestação de serviços de informática com a sociedade empresária americana Hemptons para um eventual projeto na área de expansão da empresa a ser realizado no Brasil. O contrato foi celebrado em Paris, França, tendo sido estabelecido pelas partes, como foro de eleição, Buenos Aires, Argentina.

Diante da situação exposta, à luz das regras do Direito Internacional Privado, assinale a alternativa correta.

a) A legislação aplicável é a legislação argentina, já que Buenos Aires foi eleito o foro competente para se dirimir eventual controvérsia entre as partes.

b) Não existe possibilidade de aplicação de legislação estrangeira por juiz brasileiro.

c) Será aplicada a legislação francesa, pois o contrato foi assinado em Paris.

d) A legislação brasileira será aplicável, pois a obrigação deverá ser cumprida no Brasil.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 22

Carlos e Roberto constituíram uma sociedade empresária que tem por objeto a fabricação e venda de utensílios de cozinha. A sociedade possui capital social de R$ 500.000,00, dos quais R$ 250.000,00 foram aportados por Carlos em pecúnia (dinheiro), e os outros 250.000,00 restantes foram aportados por Roberto mediante a transmissão, para a sociedade, de um bem imóvel de sua propriedade. Sobre essa situação hipotética, é correto afirmar que:

a) Há a incidência de ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis) sobre a transmissão do bem imóvel à sociedade em realização de capital, pois houve uma transmissão onerosa de bem imóvel.

b) Não há a incidência de ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis) sobre a transmissão do bem imóvel à sociedade em realização de capital, pois essa operação é imune à incidência de tal imposto.

c) Há a incidência de ITCMD (Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação) sobre a transmissão do bem imóvel à sociedade em realização de capital, pois houve uma transmissão gratuita de bem imóvel.

d) Não há a incidência de ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis) sobre a transmissão do bem imóvel à sociedade em realização de capital, pois essa operação é isenta à incidência de tal imposto.

Questão 23

Vitor auferiu rendimentos tributáveis no ano de 2010. Como não declarou e não pagou o IRPF (Imposto sobre a Renda da Pessoa Física) devido, a Receita Federal constituiu de ofício o crédito tributário em 21/01/2014, tendo notificado o contribuinte em 05/03/2014 para efetuar o pagamento ou apresentar defesa. Como o crédito não foi pago e como a defesa não foi apresentada, houve a inscrição em Dívida Ativa em 15/02/2015. A Execução Fiscal foi proposta 14/05/2017 e Vitor foi citado, por meio de carta com aviso de recebimento, em 17/10/2017. Diante da hipótese apresentada, a partir de qual data a alienação do patrimônio sem a reserva, pelo devedor, Vitor, de bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida, será considerada fraude à Execução Fiscal:

a) 05/03/2014.

b) 15/02/2015.

c) 14/05/2017.

d) 17/10/2017.

Questão 24

João possui um imóvel localizado na área urbana do Município Beta. O referido imóvel é utilizado por João comprovadamente para o exercício exclusivo de atividades agrícola e pecuária. De acordo com essa situação hipotética:

a) São devidos o IPTU e o ITR cumulativamente, pois se referem a dois fatos geradores distintos: o IPTU é devido em razão da propriedade urbana; e o ITR é devido em razão do uso do imóvel em atividades agrícola e pecuária.

b) São devidos o IPTU e o ITR, mais os dois tributos não poderão ser cobrados cumulativamente, pois ambos incidem sobre a mesma propriedade imóvel, devendo ser aplicado, no caso, o princípio da não cumulatividade: o contribuinte terá o direito de descontar do valor do imposto com maior valor o montante que for eventualmente pago em relação ao imposto de menor valor.

c) É devido somente o IPTU, pois o critério determinado pelo CTN é o da localização do imóvel, sendo irrelevante a destinação dada por seu proprietário.

d) É devido somente o ITR, por expressa previsão legal, uma vez que o imóvel é comprovadamente utilizado em exploração agrícola e pecuária.

Questão 25

O Município Alfa ajuizou Execução Fiscal em face da pessoa jurídica Beta Ltda., objetivando a cobrança de IPTU, que não foi pago. No curso do processo ficou comprovado que a executada encerrou suas atividades no local do seu endereço e que não comunicou tal fato aos

órgãos competentes. Ao analisar pedido formulado pelo Município Exequente, o juiz deferiu a inclusão de Jorge, sócio-administrador da pessoa jurídica executada, no polo passivo da execução fiscal. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

a) O encerramento das atividades da pessoa jurídica em seu endereço sem a comunicação aos órgãos competentes autoriza a inclusão do sócio-administrador no polo passivo da execução fiscal.

b) Jorge não pode ser incluído no polo passivo da execução fiscal, pois o encerramento da pessoa jurídica em seu endereço sem comunicação aos órgãos competentes não enseja o redirecionamento da cobrança em face do sócio-administrador.

c) O simples inadimplemento por parte da pessoa jurídica já seria juridicamente suficiente à inclusão do sócio-administrador no polo passivo da execução fiscal.

d) O fato de Jorge ser sócio da pessoa jurídica Alfa Ltda. já autoriza, a sua inclusão no polo passivo da execução fiscal.

Questão 26

Silvio foi regularmente citado em processo de Execução Fiscal. Como o débito objeto da cobrança estava extinto pela prescrição, ele apresentou Exceção de Pré-executividade como meio de defesa, que foi rejeitada pelo Juiz competente. Silvio foi notificado dessa decisão há 3 dias. Dessa decisão caberá o seguinte recurso:

a) Recurso de Apelação.

b) Recurso de Ofício ou Reexame Necessário.

c) Recurso de Agravo de Instrumento.

d) Recurso Ordinário.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 27

O Estado Delta, visando construir e operar estação de metrô, pretende estabelecer uma parceria público-privada com vigência de vinte e cinco anos. Sobre a contraprestação da Administração Pública nesse tipo de contrato, assinale a afirmativa correta.

a) A vigência do futuro contrato é adequada, mas, por se tratar de negócio com duração de vinte e cinco anos, já atingiu o prazo máximo definido em lei e não poderá ser prorrogada.

b) O contrato não poderá prever o pagamento ao parceiro privado de remuneração variável vinculada ao seu desempenho, ainda que esteja de acordo com as metas e padrões de qualidade e disponibilidade definidos no contrato.

c) A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita por ordem bancária, por cessão de créditos não tributários, por outorga de direitos em face da Administração Pública, por outorga de direitos sobre bens públicos dominicais, bem como por outros meios admitidos em lei.

d) A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada somente pode se dar em dinheiro, sendo vedada que ocorra por meio de cessão de créditos tributários.

Questão 28

A empresa concessionária do serviço de transporte público municipal Alfa transferiu seu controle societário a outra pessoa jurídica sem que houvesse prévia anuência do poder concedente. Nesse sentido, é correto afirmar que:

a) A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará na anulação do contrato de concessão.

b) A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará na revogação da concessão.

c) A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará na encampação do serviço.

d) A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.

Questão 29

Joaquim é titular do 1º Cartório de Registro Civil da cidade de Serra, Estado Z. João e Maria residem naquele local e lá adquiriram um imóvel, sendo certo que, no momento do registro, o cartório cometeu um erro e fez constar como proprietário do referido imóvel apenas João. Diante disso, João vendeu o imóvel sem que Maria soubesse e usou o dinheiro para pagar uma dívida pessoal. Diante do caso em comento, acerca da responsabilidade civil do Estado Z, é correto afirmar que:

a) O Estado responde objetivamente pelos atos dos tabeliães registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros, assegurado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.

b) Em se tratando de serviço prestado por delegação, não há que se falar em responsabilidade do Estado pelos atos dos tabeliães registradores oficiais ainda que, no exercício

de suas funções, causem danos a terceiros.

c) O Estado responde subsidiariamente pelos atos dos tabeliães registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros.

d) Em se tratando de serviço prestado por delegação, não há que se falar em responsabilidade do objetiva do Estado, sendo certo que há apenas responsabilidade subjetiva pelos atos dos tabeliães registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros, assentado, ainda assim, o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.

Questão 30

Pedro é funcionário da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e foi demitido sem qualquer motivação sob a alegação de que, por não ser servidor público estatutário, não possui direito à estabilidade, podendo ser demitido sem procedimento administrativo e a critério discricionário da sua chefia imediata. Sobre o caso concreto, considerando o entendimento do STF, assinale a alternativa correta:

a) A decisão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) está amparada pela jurisprudência do STF não havendo dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados.

b) A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) tem o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados.

c) A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) tem o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados, sendo a referida exigência válida para todas as empresas públicas e sociedades de economia mista.

d) A decisão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) está amparada pela jurisprudência do STF e tem o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados, exceto se cometerem uma falta grave, ou três faltas leves previstas em lei e devidamente notificadas.

Questão 31

Evandro foi Secretário de Obras no Município Beta entre janeiro de 2012 a março de 2014. Sendo certo que em abril de 2013, agindo em conluio com seu sobrinho Elton, que é e dono de uma empresa de engenharia na cidade, praticou ato de improbidade administrativa, visando obter enriquecimento ilícito para ambos. Ocorre que o Ministério Público somente propôs ação de improbidade administrativa contra ambos em janeiro de 2019. Diante do exposto, assinale a alternativa correta no que tange à situação prescricional referente a Elton:

a) As ações destinadas a levar a efeitos as sanções de improbidade administrativa podem ser propostas em até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança. No entanto, a referida ação está prescrita em face de Elton, pois em relação aos particulares, a prescrição ocorre em três anos, a contar da data da conduta.

b) As ações destinadas a levar a efeitos as sanções de improbidade administrativa podem ser propostas em até cinco anos após a ocorrência do ato ímprobo. No entanto, a referida ação está prescrita em face de Elton, pois em relação aos particulares, a prescrição ocorre em três anos, a contar da data da conduta.

c) As ações destinadas a levar a efeitos as sanções de improbidade administrativa podem ser propostas em até cinco anos após a ocorrência do ato ímprobo, sendo certo que ao particular aplica-se o mesmo regime prescricional previsto na lei de improbidade administrativa para os agentes públicos, motivo pelo qual não há que se falar em prescrição no caso de Elton.

d) As ações destinadas a levar a efeitos as sanções de improbidade administrativa podem ser propostas em até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança, sendo certo que ao particular aplica-se o mesmo regime prescricional previsto na lei de improbidade administrativa para os agentes públicos, não havendo portanto, que se falar em prescrição no que tange a Elton.

Questão 32

Alexandro é servidor público federal e teve instaurado em seu desfavor processo administrativo disciplinar em virtude de ato punível por lei com pena de suspensão. Certo é que o referido ato foi praticado há exatos dois anos e três dias, sendo que há oito meses a autoridade competente tomou ciência do ocorrido e instaurou sindicância visando apurar os fatos. A respeito desta situação, assinale a alternativa correta:

a) A ação disciplinar prescreve em dois anos, quanto às infrações puníveis com suspensão, motivo pelo qual deve ser declarada a prescrição em benefício de Alexandro.

b) A ação disciplinar prescreve em dois anos, quanto às infrações puníveis com suspensão e o prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido, sendo certo que o referido prazo prescricional se inicia na data em que a autoridade competente para a abertura do procedimento administrativo tomar conhecimento do fato, interrompendo-se com o primeiro ato de instauração válido, como é o caso da sindicância.

c) A ação disciplinar prescreve em 180 dias, quanto às infrações puníveis com suspensão. Mas o referido prazo

foi interrompido quando da instauração de sindicância, tendo voltado a correr apenas 140 dias após a referida interrupção.

d) O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido e a abertura de sindicância não interrompe a prescrição.

DIREITO AMBIENTAL

Questão 33

O sitiante Luis Eduardo possui uma pequena propriedade rural localizada no município de Águas de Março, Estado de Sergipe, na qual pratica agricultura de subsistência e cria pequenos animais.

Em função da necessidade da abertura de novas áreas para plantio de pastagens, o senhor Luis Eduardo decidiu procurar orientação junto ao sindicato de trabalhadores rurais do município para saber se é permitido realizar a supressão da vegetação nativa destinada à Resrva Legal. O então diretor do sindicato responde que:

a) por ser uma pequena propriedade rural é dispensável a manutenção da Reserva Legal

b) a presença de Reserva Legal em uma propriedade somente é obrigatória para imóveis localizados na amazônia legal.

c) caso o mesmo tenha averbado a Reserva Legal junto à matrícula do imóvel, não há necessidade de manutenção das Áreas de Preservação Permanente.

d) a Reserva Legal deve ser conservada com cobertura de vegetação nativa pelo proprietário do imóvel rural, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.

Questão 34

O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em Lei.

Nesse contexto, o agricultor Ricardo possui uma propriedade rural inserida em partes dos limites de um Parque Nacional recém criado. Diante dessa situação o que acontecerá com a propriedade de Ricardo.

a) O Parque Nacional pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade.

b) O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo dispensável a desapropriação das áreas particulares incluídas em seus limites, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com os interesses de Ricardo.

c) Em função da titularidade da propriedade de Ricardo ser anterior a criação do Parque Nacional, Ricardo continuará sendo o proprietário integral de sua propriedade.

d) O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

DIREITO CIVIL

Questão 35

Para salvar a vida de seu marido, que estava com câncer terminal, Marília, contraiu um empréstimo em uma Financeira na ordem de R$ 25.000,00. Marília questionou a empresa quanto a algumas cláusulas excessivamente onerosas previstas no contrato assinado por ela, deixando claro, no momento da assinatura do contrato, o motivo pelo qual estava contraindo a obrigação.

Por precisar do dinheiro para tratar o marido, e concluindo que não haveria outra maneira de conseguir levantar o valor para o tratamento, acabou aceitando as condições impostas em julho de 2012. Três meses após a morte do seu marido, em janeiro de 2019, Marília decide processar a empresa para reaver o valor pago, alegando, para tanto, a onerosidade excessiva prevista no contrato assinado por ela.

De acordo com a situação apresentada,

a) Marília não poderá cobrar o valor pago à maior, uma vez que o referido direito, decorrente de erro, foi alcançado pelo instituto da decadência.

b) Marília não poderá mais suscitar o ressarcimento do valor pago à maior, uma vez que ocorreu a prescrição temporal. Porém, caso Marília provoque o poder judiciário, a alegação de prescrição deverá ser expressa na defesa da empresa, sob pena de restar caracterizada a preclusão com relação à não alegação.

c) O direito de Marília de reaver o valor pago foi alcançado pela prescrição. Contudo, por se tratar de direito potestativo, o juiz não pode declarar a decadência de ofício.

d) Marília não pode cobrar em juízo o valor pago excessivamente, em razão do vício de vontade conhecido como estado de perigo, uma vez que o referido direito foi alcançado pela decadência.

Questão 36

Railson encontrava-se no trânsito durante as chuvas torrenciais ocorridas em Santos, em meados de fevereiro de 2019. No momento em que transitava pela avenida litorânea, houve forte deslizamento de terra, que atingiu quatro carros, dentre os quais estava o seu. Todos os

veículos foram arrastados para o mar e, posteriormente, localizados pelo Corpo de Bombeiros. O evento resultou na morte dos motoristas de três carros. O corpo de Railson, contudo, não foi encontrado, permanecendo desaparecido mesmo após o encerramento das buscas.

Diante desta situação, assinale a afirmativa correta.

a) Sem a localização do corpo de Railson, não há o fim de sua personalidade, que apenas se encerra com a prova da morte natural.

b) É possível declarar a morte presumida de Railson antes do fim das buscas.

c) A declaração de morte de Railson apenas poderá se realizar mediante decretação de ausência.

d) Pode ser declarada a morte presumida de Railson sem decreto judicial de ausência, ante a alta probabilidade do falecimento.

Questão 37

Paulo e Rafaela, casados, são os pais de Rafael, que tem dezessete anos, e moram em Campinas, no interior do Estado de São Paulo. Ainda menor de idade, Rafael obteve boa nota no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e foi admitido na Universidade Federal de Minas Gerais, no curso de Medicina. Por essa razão, Paulo e Rafaela pretendem proporcionar ao filho maior liberdade na prática dos atos da vida civil.

Diante da situação apresentada, é possível afirmar que, segundo o Direito brasileiro,

a) Rafael é relativamente incapaz até completar os dezoito anos, inexistindo outra possibilidade de adquirir a plena capacidade civil que não a maioridade.

b) Paulo e Rafaela poderão conceder a Rafael a emancipação voluntária mediante instrumento público, adquirindo este último a plena capacidade civil.

c) a concessão da emancipação voluntária por Paulo e Rafaela dependerá de autorização judicial, mesmo que não haja qualquer discordância entre eles.

d) a única hipótese presente na lei que permite a Rafael emancipação e aquisição da plena capacidade será seu eventual casamento.

Questão 38

Claudineia, moradora de uma área periférica, recebeu uma carta informando que estava em débito com a anuidade da associação de moradores do seu bairro. Claudineia, por sua vez, não entendeu a origem de tal cobrança, vez que tinha solicitado o seu desligamento da associação. Contudo, foi informada de que o pedido fora indeferido sob o argumento de que a associação atuava em benefício dos moradores.

Confusa, Claudineia procurou você e solicitou orientação, sendo-lhe informada, corretamente, que o seu requerimento foi indeferido de:

a) modo correto, pois todos os moradores devem permanecer vinculados à referida associação;

b) forma correta, pois a legislação brasileira estabelece a obrigatoriedade do pagamento de taxas associativas pelos proprietários, mesmo que não haja qualquer manifestação de vontade quanto à associação por parte do proprietário;

c) modo correto, pois, como Claudineia se associou de modo voluntário, não poderia desligar-se da associação;

d) forma equivocada, pois a associação de moradores deveria demonstrar que atuou em benefício de Claudineia durante o ano.

Questão 39

O proprietário de uma casa térrea com terreno e edificação regulamente registrados construiu irregularmente um segundo pavimento, onde vive a família de sua filha. Sua filha, por sua vez, gostaria de regularizar essa ampliação irregular para que o pai possa oportunizar a transferência para ela. De acordo com a legislação vigente:

a) é possível a instituição do direito de laje pelo proprietário do solo onde originalmente estava edificada a casa térrea e, posteriormente, transferi-lo à sua filha, mantendo-se a individualidade de acessos às duas áreas.

b) inexiste fundamento jurídico para regularização de construção irregularmente erguida, sendo imperiosa a demolição e posterior aprovação prévia, como forma de tutelar o planejamento e desincentivar as construções irregulares.

c) é viável a regularização da ampliação da construção, mas não há fundamento legal para transferência do pavimento ocupado para a filha do proprietário.

d) admite-se a instituição do direito de laje ou do direito de servidão, por meio de contrato, estabelecendo-se relação jurídica com o proprietário do terreno nos dois casos, não viabilizando exercício de direito autônomo.

Questão 40

Contrato é o negócio jurídico resultante de mútuo consenso, capaz de criar, modificar ou extinguir direitos e obrigações para os contratantes. Quando descumprido, alguns efeitos daí emergem, entre eles, a resolução. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

a) O ordenamento jurídico brasileiro não admite a

hipótese de resolução contratual por onerosidade excessiva aventada pelo devedor, por vigorar nos contratos a cláusula rebus sic stantibus.

b) Em contratos bilaterais, o direito civil brasileiro prescreve que um contratante pode exigir do outro o implemento da obrigação, mesmo que não cumprida a sua.

c) Nos contratos em geral, o Código Civil prevê que a resolução não poderá ser evitada, ainda que haja a possibilidade de modificação equitativa das condições do contrato.

d) Segundo entendimento do STJ, o adimplemento substancial do contrato não autoriza o credor a resolver unilateralmente o negócio jurídico.

Questão 41

Renato comprou um apartamento de 200 metros quadrados, em uma área nobre da cidade de São Paulo. No dia da mudança, descobriu que o prédio onde havia adquirido o imóvel possuía mais três padrões de metragem de apartamentos.

Como nunca havia morado em um condomínio, Renato resolveu pesquisar sobre o custeio das partes comuns do condomínio.

Ao questionar o síndico sobre a proporção de despesas relativas aos apartamentos com diferentes metragens, foi informado de que no condomínio edilício, cada condômino concorre nas despesas do condomínio na proporção:

a) da respectiva área de suas unidades autônomas, salvo disposição em contrário na convenção, e se não pagar ficará sujeito aos juros moratórios convencionados, ou não sendo previstos, os de dois por cento ao mês e multa de até dez por cento sobre o débito.

b) da respectiva área de suas unidades autônomas, salvo disposição em contrário na convenção, e se não pagar ficará sujeito aos juros moratórios convencionados ou, não sendo previstos, os de um por cento ao mês e multa de até dois por cento sobre o débito.

c) das suas frações ideais, salvo disposição em contrário na convenção, e se não pagar ficará sujeito aos juros moratórios convencionados ou, não sendo previstos, os de um por cento ao mês e multa de até dois por cento sobre o débito.

d) de suas frações ideais, não podendo a convenção estabelecer outro critério de cobrança, e se não pagar ficará sujeito aos juros moratórios convencionados ou, não sendo previstos, os de um por cento ao mês e multa de até dois por cento sobre o débito.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Questão 42

Andreia, com seus 16 anos de idade, deseja buscar informações sobre a sua origem biológica, contudo, seus pais adotivos são contra tal decisão. Mesmo contrariando seus pais, Andreia vai a Vara da Infância e da Juventude, onde é informada que não poderá ter acesso ao seu processo de adoção, pois esta é irrevogável. Andreia, então, procura uma ONG para realizar uma consulta sobre seus direitos.

Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) O advogado deverá informar a Andreia que a adoção é irrevogável e por isto ela não poderá ter acesso ao processo.

b) O advogado deverá informar a Andreia que ela poderá sim ter acesso ao processo, desde que receba orientação e assistência jurídica e psicológica.

c) O advogado deverá informar a Andreia que ela deverá esperar adquirir sua maioridade para ter acesso ao processo.

d) O advogado deverá informar a Andreia que ela somente terá acesso ao processo, caso seus pais adotivos autorizem e a assistam.

Questão 43

Marcelo possui 14 anos de idade e cresce em entidade de acolhimento institucional, pois seus pais foram destituídos do poder familiar. Em que pese estar no cadastro de adoção há 10 anos, não há qualquer interessado em sua adoção. Márcia, médica que sempre faz doações na instituição em que Marcelo reside, decidiu que deseja acompanhar o desenvolvimento do adolescente, de modo a auxiliá-lo em seus estudos, bem como levá-lo a sua casa nos finais de semana e férias escolares.

Com base nesta situação, assinale a alternativa que corresponde ao instituto que deverá ser pleiteado por Márcia.

a) Apadrinhamento.

b) Guarda.

c) Tutela.

d) Adoção.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Questão 44

Claudio adquiriu um computador em um determinado supermercado da sua cidade, no valor de R$ 1.500,00

(mil e quinhentos reais), tendo pago à vista. Após 40 dias de uso regular do aparelho, ele não mais funcionava. Diante dessa situação, assinale a opção correta à luz das normas que regem as relações de consumo.

a) A troca do computador ou a devolução do valor pago pelo supermercado pode ser exigido no prazo legal de arrependimento, de sete dias, a partir da data da compra.

b) O direito do consumidor de reclamar do defeito no aparelho caducou, pois ele não o exerceu no prazo legal de trinta dias.

c) O consumidor tem direito à substituição imediata do computador, em razão do vício do produto que o faz inapropriado ao uso.

d) Se o supermercado não sanar o defeito e não tiver, em estoque, outro aparelho da mesma marca e modelo, poderá, autorizado pelo consumidor, substituir o computador defeituoso por outro de marca ou modelo diverso, com a complementação ou restituição de eventual diferença de preço.

Questão 45

Moisés, após realizar compras em um shopping, foi abordado por dois assaltantes armados que levaram sua carteira e motocicleta, no estacionamento do estabelecimento. Diante dessa situação, e com base no entendimento jurisprudencial, assinale a alternativa correta.

a) O shopping não responde pelo assalto, pois configurado o caso fortuito, vez que se trata de matéria de política de segurança pública.

b) O shopping responde, perante o cliente, pela reparação de dano ou furto de veículo ocorridos em seu estacionamento.

c) O estacionamento representa mera comodidade, não podendo o shopping ser responsabilizado pelo assalto ocorrido.

d) Houve, no caso, fortuito externo, o qual exclui a obrigação do fornecedor de indenizar o consumidor.

DIREITO EMPRESARIAL

Questão 46

Marcos Carlos institui uma oficina mecânica organizada para trabalhar habitual e pessoalmente em busca de auferir lucros para melhor a sua situação financeira. Responda o instituto que corresponde ao tipo de atividade praticada e corrobora uma hipótese correta em nosso ordenamento jurídico:

a) A definição de empresa pode ser dita como o empresário que em um local físico visa o lucro.

b) Empresa não se confunde com empresário, empresa é a própria atividade, enquanto que o empresário é aquele que dirige e exerce a atividade.

c) Empresa e empresário se confundem, sendo impossível separar um do outro, mesmo que através de definições.

d) Empresário é quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens, exceto a prestação de serviços.

Questão 47

Antônio de Souza, constituiu uma empresa individual, e conta com responsabilidade limitada, tendo sido seu capital igual a 101 salários mínimos, sobre este tipo empresarial assinale a opção correta.

a) Uma das desvantagens de se constituir uma empresa individual de responsabilidade limitada é a confusão patrimonial entre nos bens sociais e os pessoais.

b) O capital inicial do empresário individual de responsabilidade limitada não deverá ser inferior a R$ 100.000,00 (cem mil reais).

c) A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada poderá figurar somente em uma única empresa dessa modalidade.

d) A empresa individual de responsabilidade limitada não poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio.

Questão 48

Em determinada sociedade empresaria, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente por um determinado sócio, o exercício do objeto é feito em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, sendo que os demais sócios participam apenas dos resultados correspondentes.

Em relação a este tipo societário aponte a alternativa correta.

a) O sócio participante, que deverá ser sempre pessoa jurídica, é o exercente do objeto social.

b) O sócio participante só pode tomar atos de administração se o conselho de administração decidir sobre a questão em assembleia.

c) O contrato social deste tipo societário, após a inscrição na junta comercial confere personalidade jurídica à sociedade.

d) Falindo o sócio ostensivo, a sociedade será dissolvida, liquidando-se a conta do falido.

Questão 49

O Cheque, ordem de pagamento à vista expedida contra um banco sobre fundos depositados na conta do emitente, é tratado pela lei 7357/85, com base na legislação específica e a jurisprudência do STJ assinale a opção correta.

a) O cheque é uma ordem de pagamento à vista, considerando não escrita qualquer menção em contrário, porém, se utilizado na forma pré-datada terá validade, e se apresentado antes da data pactuada configurará dano moral.

b) O prazo legal de apresentação do cheque será de 30, 60 ou 90 dias, contados da data de sua emissão, dependendo do local de sua emissão e da forma pactuada como portador.

c) A falta de fundos disponíveis prejudica a validade do título como cheque, servindo apenas como prova de dívida.

d) O cheque emitido na mesma praça de pagamento deve ser apresentado no prazo de sete dias.

Questão 50

Determinada sociedade empresária foi atingida por forte crise setorial, com isso a sociedade acumulou dívidas vultosas, trabalhistas, tributárias e com fornecedores e não conseguiu honrá-las. Com a decretação da falência:

a) O falido ficará inabilitado para exercer qualquer atividade empresarial até o pagamento de 50% dos credores.

b) O juiz fixará o termo legal da falência, sem poder retrotraí-lo por mais de 100 (cem) dias contados do pedido de falência.

c) O juiz ordenará ao falido que apresente, no prazo máximo de 5 (cinco) anos, relação nominal dos credores, indicando endereço, importância, natureza e classificação dos respectivos créditos, se esta já não se encontrar nos autos, sob pena de desobediência.

d) O juiz explicitará o prazo para as habilitações de crédito.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 51

Cecilia quer discutir o aumento do valor do prêmio de seu seguro de saúde, diante de sua idade. Em que pese haver documentos contundentes sobre os fatos e de tese firmada em julgamento de recurso repetitivo a favor de Cecília, a seguradora se recusou a resolver a questão extrajudicialmente.

Diante dessa situação, Cecília te procurou para que você, na qualidade de advogado, tome a medida judicial cabível para resolver sua situação.

a) Poderá ser ajuizada ação judicial com pedido de tutela de urgência, diante do fato de possuir alegações de fato documentalmente comprovadas e por haver tese firmada em julgamento de casos repetitivos.

b) Poderá ser ajuizada ação judicial com pedido de tutela de evidência, diante do fato de possuir alegações de fato documentalmente comprovadas e por haver tese firmada em julgamento de casos repetitivos.

c) Poderá ser ajuizada ação judicial com pedido de tutela provisória, pois não há alegações de direito documentalmente comprovadas, em que pese haver tese firmada em julgamento de casos repetitivos.

d) Poderá ser ajuizada ação judicial com pedido de tutela provisória, pois em que pese haver tese firmada em julgamento de casos repetitivos, não há súmula vinculante firmada neste sentido.

Questão 52

João procurou-lhe para impetrar um mandado de segurança de competência originária do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, contudo, denegou a ordem ao *writ*. Inconformado, João pediu-lhe para recorrer desta decisão. Nesta situação, você, na qualidade de advogado, deverá interpor

a) Recurso especial.

b) Recurso extraordinário.

c) Recurso Ordinário.

d) Recurso de Apelação.

Questão 53

Rogério é servidor público federal e foi demitido pela União. Inconformado com o ato de demissão, procurou-lhe para que você, na qualidade de advogado, ajuíze ação requerendo a anulação da demissão, bem como indenização por danos morais no *quantum* de R$30.000,00.

Considerando esta situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) Você deverá ajuizar ação sob o rito comum, porque os Juizados Especiais não possuem competência à pretensão que impugna a pena de demissão.

b) Você deverá ajuizar ação sob o rito dos Juizados Especiais Federais (Lei 10.259/2001), haja vista que o valor da causa é inferior a 60 salários-mínimos.

c) Você deverá ajuizar ação sob o rito dos Juizados

Especiais da Fazenda Pública (Lei 12.153/2009), uma vez que o réu é ente público.

d) Você deverá ajuizar ação sob o rito dos Juizados Especiais (Lei 9.099/1995), haja vista que o valor da causa é inferior a 40 salários-mínimos.

Questão 54

Marcela está sendo executada, e seu imóvel foi levado à leilão com a fixação em edital do preço mínimo de R$500.000,00. Ocorre que, no dia do leilão, o imóvel foi arrematado pelo valor de R$250.000,00. Marcela, então, após a expedição da carta de arrematação, procura-lhe para que você, na qualidade de advogado, preste consultoria a ela informando quais medidas podem ser tomadas na situação.

Assinale a alternativa que corresponde ao que você poderá informar a Marcela nesta hipótese.

a) Você deverá informar que o valor, apesar de estar abaixo do preço mínimo fixado no edital, paga as despesas da execução, de modo que não há nada a ser feito.

b) Você deverá informar a Marcela que caso ela pretenda anular a arrematação, deverá depositar em juízo 10% do valor correspondente à arrematação.

c) Você deverá informar que o preço da arrematação foi vil, de modo que Marcela poderá ajuizar ação autônoma de invalidação da arrematação.

d) Você deverá informar a Marcela que caso ela pretenda anular a arrematação, deverá depositar em juízo 20% do valor correspondente à arrematação.

Questão 55

Erick é um dos maiores empresários brasileiros. Ele é domiciliado em São Paulo/SP, em que pese ter imóveis localizados tanto em Brasília/DF e Rio de Janeiro/RJ. Possui também uma grande fazenda em Belém/PA e automóveis de luxo guardados em Florianópolis/SC.

Ocorre que, na última sexta-feira, Erick estava visitando uma fazenda em Cuiabá/MT, quando sofreu um AVC e faleceu no local. Patrick, filho de Erick, procurou-lhe para que você, na qualidade de advogado, informe a ele o local onde o inventário e a partilha dos bens deixados por Erick deve ser realizado.

Assinale a alternativa que corresponde ao local em que a ação deverá ser proposta.

a) Os foros competentes para a ação de inventário e partilha de bens são os de Brasília/DF, Rio de Janeiro/RJ e Belém/PA, concorrentemente.

b) O foro competente para a ação de inventário e partilha de bens é o de Cuiabá/MT.

c) Os foros competentes para a ação de inventário e partilha de bens são os de Brasília/DF, Rio de Janeiro/RJ, Belém/PA e Florianópolis/SC, concorrentemente.

d) O foro competente para a ação de inventário e partilha de bens é o de São Paulo/SP.

Questão 56

Joana e Rita são vizinhas. Joana decidiu fazer uma obra em sua casa e contratou um pedreiro conhecido por seu baixo custo, mas trabalho irregular. Com a obra, a casa de Rita sofreu diversas rachaduras, que provocaram uma grande infiltração e, em que pese as inúmeras promessas de resolução extrajudicial, Joana nunca efetuou o pagamento para o conserto da casa de Rita, razão pela qual ela contratou você, na qualidade de advogado, para que ajuizasse a ação cabível contra Joana.

Contudo, após o ajuizamento da ação com o escopo único de ser ressarcida pelos valores dispendidos por Rita para o conserto de sua casa, ela ficou sabendo que Joana estava espalhado em sua vizinhança que ela era uma "aproveitadora" e que "sua casa já possuía inúmeras infiltrações, mas que ela estava querendo lucrar em cima de Joana", de modo que se sentiu extremamente envergonhada perante seus confinantes. Deste modo, Rita entrou em contato com você para pedir que adicione na mesma ação um pedido de danos morais.

Considerando essa situação hipotética e que o processo ainda não chegou na fase de saneamento, assinale a alternativa correta.

a) Não é possível o aditamento, uma vez que o réu já foi citado.

b) É possível que haja o aditamento da inicial com a inclusão do pedido de danos morais, uma vez que até o saneamento do processo é permitido ao autor aditar ou alterar o pedido, desde que haja o consentimento do réu.

c) Não é possível o aditamento, uma vez que o réu já ofereceu sua contestação.

d) É possível que haja o aditamento da inicial com a inclusão do pedido de danos morais, uma vez que até a prolação da sentença é permitido ao autor aditar ou alterar o pedido, desde que haja o consentimento do réu.

Questão 57

Ronaldo comprou um imóvel de uma conhecida construtora da cidade de Salvador/BA. Logo que mudou para o local, notou a presença de alguns problemas elétricos no imóvel. Em vista disso, Ronaldo o procurou, na condição de advogado, para saber se é viável o ajuizamento de ação de produção antecipada de prova,

visando realizar perícia no apartamento, para definir se ajuizará ou não futura ação de indenização.

Considerando a situação, assinale a alternativa que expressa corretamente o que você deverá informar a Ronaldo.

a) A produção antecipada de provas é incabível, uma vez que o pedido necessita ser realizado em litisconsórcio ativo por Ronaldo e a construtora.

b) A produção antecipada de provas é incabível, porque não há urgência ou risco a justificar sua necessidade na espécie.

c) A produção antecipada de provas é obrigatória, haja vista que diante das circunstâncias do caso não há possibilidade de ajuizamento da ação de indenização diretamente.

d) A produção antecipada de provas é cabível, uma vez que objetiva obter prévio conhecimento dos fatos e da situação do imóvel, a fim de justificar ou evitar o ajuizamento de ação de indenização.

DIREITO PENAL

Questão 58

Considere que um indivíduo pretenda assassinar uma criança de doze anos de idade que brincava numa praça e, para executar seu plano, se posiciona na janela de sua residência. Porém, ao proferir o disparo, com dolo de matar a criança, acaba acertando o tiro na cabeça de um adulto inocente que passava na rua naquele momento, causando sua morte.

Nesse caso, o referido indivíduo, responderá:

a) por homicídio doloso em sua forma simples, sem incidência de causa especial de aumento de pena referente a idade da criança.

b) por homicídio doloso agravado pela idade da vítima e ainda aumentado pela causa especial de aumento de pena presente no art. 121 par. 4º do CP.

c) homicídio doloso apenas com a pena aumentada pela idade da vítima visada.

d) homicídio culposo, pela morte do adulto atingido.

Questão 59

O pai que, tendo o filho sequestrado e ameaçado de morte, é coagido por sequestradores armados e forçado a dirigir-se a certa agência bancária para efetuar um roubo a fim de obter a quantia necessária para o pagamento do resgate e livrar o filho do cárcere privado em que se encontra pode, em tese, lograr a absolvição com base na alegação de

a) exclusão da ilicitude pela legítima defesa.

b) exclusão da ilicitude pelo estrito cumprimento de dever legal.

c) exclusão da tipicidade.

d) exclusão da culpabilidade.

Questão 60

João, se aproveitando do horário de saída de uma escola, e mediante emprego de grave ameaça com uma faca, conduz Flavia, menor de 16 anos de idade, para um terreno baldio onde pratica com ela conjunção carnal forçada, fugindo em seguida. Acontece que na semana seguinte volta ao mesmo local e no mesmo horário realizado o mesmo fato com outra vítima.

Três dias depois deste segundo ato, é publicada uma lei que aumenta a pena do estupro praticado contra vítimas maiores de 14 e menores de 18 anos. Na semana seguinte, aproveitando-se das mesmas condições, João volta ao local e realiza mais um estupro, porem logo em seguida é preso em flagrante pela polícia.

De acordo com o entendimento sumulado pelo STF, marque a alternativa correta:

a) Joao responde pelos estupros sem o aumento de pena em face da irretroatividade

b) João responde pelos dois primeiros atos sem o aumento de pena, e pelo terceiro crime com a pena aumentada em face da nova lei

c) João responde por todos os estupros em concurso com o aumento de pena da nova lei

d) João terá a pena dos estupros somadas mas o aumento de pena incidira separadamente em cada crime praticado.

Questão 61

Caio, desejando lesionar Mévio, contra ele desfere violento soco no rosto. Socorrido por terceiros, Mévio é transportado às pressas ao hospital, onde vem a falecer no mesmo dia, em razão de uma parada cardíaca sofrida durante a cirurgia de reparação da fratura óssea causada na face. Caio responderá por:

a) homicídio doloso consumado.

b) lesão corporal seguida de morte.

c) homicídio culposo.

d) lesão corporal grave.

Questão 62

Pedro é preso em flagrante pela pratica do crime de roubo, e denunciado pelo MP pela pratica deste crime previsto no Art. 157 do CP. Posteriormente, durante o processo se descobre que há 2 inquéritos policiais concluídos em que Pedro foi indiciado pela pratica de também pelo crime de roubo, além de um outro processo que está em fase de recurso interposto pela defesa contra sentença condenatória por crime de furto praticado há dois anos. De acordo com os dados acima e com base na jurisprudência sumulada por nossos tribunais superiores:

a) Pedro ao ser condenado pelo roubo terá maus antecedentes em face da sentença condenatória quanto ao furto.

b) Pedro será reincidente em razão da sentença condenatória do crime de furto.

c) Pedro terá maus antecedentes em relação aos inquéritos por roubo, e será reincidente em face do crime de furto.

d) Pedro será condenado como réu primário, sem aumento de pena por antecedentes ou reincidência.

Questão 63

Hans, turista holandês que veio ao Brasil passar as férias, ao passear na cidade do Rio de Janeiro estacionou sua bicicleta na lagoa Rodrigo de Freitas e passou a fumar um cigarro de maconha acreditando ser a conduta licita, como no seu país. Nesta hipótese, segundo a doutrina penal, a melhor tese defensiva a seu usada em favor de Hans:

a) erro de tipo permissivo.

b) erro de proibição.

c) erro de tipo sobre a elementar do tipo penal.

d) erro de Tipo incriminador.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 64

Em relação à peça inicial acusatória, indique a alternativa CORRETA:

a) A denúncia deve ser oferecida pelo representante do Ministério Público, estadual ou federal, em 10 dias estando o denunciado preso, ou 30 dias estando o denunciado solto.

b) A denúncia pode ser oferecida pelo querelante em caso de inércia do representante do Ministério Público, logo após a perda do prazo para o oferecimento da inicial acusatória.

c) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer a queixa-crime passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, exceto na ação penal privada personalíssima.

d) O prazo para oferecimento de queixa-crime será de 6 meses contados da data do fato e não terá prazo se o delito for imprescritível.

Questão 65

Sobre a prova técnica, marque a alternativa ERRADA:

a) Em comarcas maiores, mesmo havendo excesso de profissionais concursados, os exames de corpo de delito serão realizados por apenas um perito oficial.

b) Quando a infração penal deixar vestígios, será dispensável o exame de corpo de delito diante da obviedade da causa e do motivo do fato típico praticado.

c) Em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito.

d) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.

Questão 66

A respeito das modalidades de prisão em flagrante, marque a alternativa que melhor se aproxima da aplicação prática dessa medida:

a) A prisão em flagrante será válida se decorrer de denúncia anônima e, por força dessa informação privilegiada, os policiais se deslocarem até o local e aguardarem o início dos atos de execução para prender.

b) O flagrante ficto pode ser lavrado quando o agente delitivo é perseguido ininterruptamente, logo após o crime, até o momento de sua custódia.

c) É possível, desde que previamente autorizado pelo juiz, o flagrante retardado (diferido, postergado, prorrogado ou ação controlada) para qualquer espécie de infração penal.

d) Quando os agentes de segurança induzem alguém a praticar um delito e, por força dessa situação, a consumação do crime se torna impossível, essa prisão deverá ser revogada.

Questão 67

Augusto foi denunciado por tentativa de homicídio qualificado por asfixia contra Murilo, seu desafeto. Após a audiência de instrução e julgamento, o magistrado

competente continua em dúvida a respeito da existência da infração e da autoria. Sobre a decisão final da primeira fase do rito especial do júri, aponte a alternativa CORRETA:

a) Deverá o magistrado pronunciar Augusto para que essa dúvida seja sanada diante dos jurados, únicos competentes para julgar os delitos contra a vida, tentados ou consumados, de competência do júri, pois nessa fase vigora o princípio do "in dubio pro societate".

b) Deverá o magistrado absolver sumariamente Augusto, pois deve prevalecer a máxima do "in dubio pro reo".

c) Deverá desclassificar o crime para tentativa de homicídio culposo, pela não comprovação do dolo, remetendo os autos para a Vara Criminal comum.

d) Deverá o magistrado impronunciar o réu, pela ausência de certeza da materialidade e da autoria, ficando o réu aguardando até o final do prazo prescricional o Estado localizar as provas que faltaram.

Questão 68

Sobre o sistema de nulidades processuais penais, marque a alternativa INCORRETA.

a) A nulidade poderá ser arguida por suspeição do juiz, mas não por incompetência.

b) Nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa ou para que tenha concorrido.

c) Nenhum ato será declarado nulo, se dá nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.

d) Não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade ou na decisão da causa.

Questão 69

Após instaurar um inquérito policial por Portaria, a autoridade policial determina uma série de diligências em busca da materialidade e da autoria delitiva do fato criminoso que lhe for a noticiado. Após 3 meses de trâmite, respeitadas todas as formalidades, o delegado conclui que o seu principal suspeito é totalmente inocente. Sobre tal situação, aponte a solução adequada para o caso concreto:

a) Iniciará outras diligências em busca do verdadeiro autor do crime, afastando formalmente o antigo suspeito do polo passivo da investigação criminal.

b) Fará uma representação para o juiz competente, com oitiva obrigatória do Ministério Público, comunicando a respeito do arquivamento do inquérito por ele determinado.

c) Por força da proibição legal de o delegado mandar arquivar os autos do inquérito policial, deverá relatar o inquérito e encaminhar ao fórum, informando a respeito de suas conclusões.

d) Determinará o trancamento da investigação policial, diante da falta de justa causa para a sua continuidade.

DIREITO DO TRABALHO

Questão 70

João dos Anjos foi admitido nos quadros funcionais da empresa X Ltda. em 08.12.2017, para exercer a função de operador de produção, tendo sua CTPS assinada no prazo previsto pela legislação trabalhista, além de a empresa ter obedecido aos demais comandos legais para que João se tornasse beneficiário da Previdência Social. No dia 05.04.2019, João sofreu acidente de trabalho ao operar uma máquina por ausência de manutenção por parte de sua empregadora. João ficou com o seu braço direito sequelado. Imediatamente, ajuizou reclamação trabalhista junto a uma das varas do trabalho do local da prestação de serviços, postulando indenização por danos morais em desfavor da empresa X Ltda. Acerca do tema, danos extrapatrimoniais, assinale a alternativa correta.

a) A reparação por danos extrapatrimoniais não pode ser pedida cumulativamente com a indenização por danos materiais decorrentes do mesmo ato lesivo.

b) A condenação em perdas e danos, lucros cessantes e os danos emergentes, interfere na avaliação dos danos extrapatrimoniais.

c) Ao apreciar o pedido de dano extrapatrimonial, o juízo não considerará a situação social e econômica das partes envolvidas.

d) Caso julgue procedente o pedido, e o dano for tipificado em gravíssimo, o magistrado poderá condenar a parte ré em até cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido.

Questão 71

O FGTS é um fundo criado pelo Governo Federal para proteger o trabalhador dispensado sem justa causa, mediante a uma conta vinculada ao contrato de trabalho. O aprendiz, João de Guerra, observa que nunca teve recolhido tal benesse e resolve questionar o gerente de Recursos Humanos, Sr. Mario.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

a) Todos os empregadores ficam obrigados a depositar, até o dia 7 (sete) de cada mês, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a 8 (oito) por cento da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador, inclusive, aos que estão na condição de João (aprendiz).

b) O FGTS deverá ser recolhido para os que possuem contrato de aprendizagem, mas terão a alíquota reduzida para dois por cento, sendo depositado até o dia 7 (sete) de cada mês.

c) O FGTS é um direito dos empregados regidos estritamente pela Consolidação das Leis do Trabalho, o que não abrange os contratos de aprendizagem.

d) O FGTS deverá ser recolhido para os que possuem contrato de aprendizagem, mas terão a alíquota reduzida para cinco por cento, sendo depositado até o dia 7 (sete) de cada mês.

Questão 72

Simone e Gisele trabalham para o mesmo empregador e são muito amigas. Simone engravida e após o nascimento de seu filho, Gisele decide adotar uma criança de seis meses de idade. Considerando o caso narrado e a legislação vigente,

a) Simone terá garantia no emprego desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto além da licença-maternidade, sendo que Gisele fará jus tão somente à licença-maternidade.

b) ambas sairão em licença-maternidade, mas Gisele, por ser mãe adotante, terá somente 60 dias de afastamento.

c) somente Simone terá direito à estabilidade provisória e à licença-maternidade, uma vez que a lei não confere tais direito à mãe adotante.

d) ambas terão direito tanto à estabilidade provisória, bem como à licença-maternidade.

Questão 73

Fernando, 17 anos, estudante, trabalha no estoque do Mercado, "Oba Oba" Ltda. Considerando a condição de menor estudante, assinale a alternativa correta.

a) o empregado estudante, menor de 18 anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares, sendo vedado seu fracionamento.

b) considera-se menor o trabalhador de 12 até 18 anos, sendo vedado o trabalho aos menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 12 anos.

c) Ao maior de 16 (dezesseis) e menor de 18 (dezoito) anos não é vedado o trabalho noturno, compreendido entre as 22 (vinte e duas) e as 5 (cinco) horas.

d) o empregado estudante, menor de 18 anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares, não havendo vedação quanto ao seu fracionamento.

Questão 74

Maria foi contratada pela empresa Confeitaria Doces Artesanais na função de atendente, com jornada das 12h às 21h e com uma hora de intervalo para repouso e alimentação. Ocorre que, durante todo o contrato de trabalho, o qual perdurou um ano, o empregador requisitou à empregada que ela laborasse no estabelecimento das 12h às 23h, com uma hora de intervalo, pois não tinha interesse em contratar novo empregado, com a justificativa de serem muito altos os débitos trabalhistas. Nesse período em que Maria laborou para a empresa, somente recebeu o valor de um salário mínimo, conforme pactuado no contrato. Nesse sentido, é correto afirmar que Maria tem direito ao

a) recebimento somente do adicional de horas extras no importe de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) superior à da hora normal.

b) recebimento do adicional de horas extras no importe de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) superior à da hora normal e pagamento do adicional noturno com acréscimo de, pelo menos, 20 % (vinte por cento) sobre a hora diurna, computando a hora noturna como 50 minutos e 30 segundos.

c) recebimento do adicional de horas extras no importe de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) superior à da hora normal e pagamento do adicional noturno com acréscimo de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) sobre a hora diurna, computando a hora noturna como 52 minutos e 30 segundos.

d) recebimento do adicional de horas extras no importe de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) superior à da hora normal e pagamento do adicional noturno com acréscimo de, pelo menos, 20% (vinte por cento) sobre a hora diurna, computando a hora noturna como 52 minutos e 30 segundos.

Questão 75

Lima foi contratado para trabalhar como segurança no Banco "Alegria Fácil" S.A., permanecendo, durante toda sua jornada de trabalho, zelando pelos caixas eletrônicos e verificando a movimentação de clientes do estabelecimento, almejando, assim, evitar possíveis furtos e roubos no local. Considerando o exposto, é correto afirmar que Lima

a) não tem direito ao recebimento de qualquer adicional, considerando que, ao ser contratado, estava ciente das condições laborais e as assumiu expressamente ao assinar o contrato de trabalho.

b) tem direito ao adicional de periculosidade de, respectivamente, 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário-mínimo da região, segundo se classifique nos graus máximo, médio

e mínimo a sua exposição à violação física.

c) tem direito ao adicional de periculosidade no importe de 30% (trinta por cento) sobre o salário, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

d) tem direito ao adicional de periculosidade no importe de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) sobre o salário, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Questão 76

A Empresa "M&M", insatisfeita com a sentença que julgou parcialmente procedente na reclamação trabalhista movida por Zenaide, interpôs Recurso Ordinário no quinto dia de seu prazo. No oitavo dia, pagou e protocolizou petição juntando as guias de custas processuais e da efetivação do depósito recursal, com os valores corretos. Neste caso, e de acordo com o entendimento sumulado do TST, o Recurso Ordinário será

a) recebido, uma vez que o depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso, sendo que a interposição antecipada deste não prejudica a dilação legal.

b) considerado deserto, negado o seu recebimento, uma vez que deveria ser interposto juntamente com as guias de depósito recursal, sendo que a sua antecipação prejudica a dilação legal.

c) recebido, uma vez que a empresa não tem obrigação de comprovar o depósito recursal, por ter perdido parcialmente a demanda.

d) considerado deserto, negado o seu recebimento, pois o depósito recursal deveria ter sido realizado perante a instituição bancária no mesmo dia da interposição do recurso, mesmo que a comprovação fosse feita posteriormente.

Questão 77

Joana ajuizou Reclamação Trabalhista, de forma verbal, perante a Vara do Trabalho de Piracicaba/SP, contra o seu ex-empregador, "Bijus Tiffany", sendo o valor da causa no importe de R$10.000,00 (dez mil reais). Acerca dos procedimentos legais, envoltos na presente demanda, assinale a afirmativa correta.

a) A ação deverá ser extinta sem resolução do mérito, já que Joana só poderia ter ajuizado ação trabalhista de forma escrita, neste procedimento.

b) Joana terá até 5 (cinco) dias para reduzir a termo a Reclamação Trabalhista, sob pena de perempção.

c) No procedimento em que tramita a Reclamação Trabalhista de Joana, admitir-se-á a citação por edital, incumbindo ao autor tão somente a correta indicação do nome do réu, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito.

d) A apreciação da presente Reclamação Trabalhista, Joana versus "Bijus Tiffany", deverá ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte dias) do seu ajuizamento.

Questão 78

Fernando dos Anjos, nascido em Salvador – BA e residente em Caldas Novas – GO, celebrou na cidade de Itumbiara – GO um contrato de trabalho com a empresa "Lua de Cristal" Ltda., com sede no município de São Luiz dos Montes Belos – GO, para trabalhar na cidade de Porangatu – GO.

A Consolidação das Leis do Trabalho estabelece regras claras quanto à competência territorial a ser observada em possíveis conflitos de interesses surgidos na relação laboral. Nesses termos, considerando o caso relatado,

a) o juízo da Vara do Trabalho da cidade de Porangatu, local da prestação de serviço, será competente para processar e julgar a lide decorrente da relação empregatícia.

b) o empregado poderá optar entre a Vara do Trabalho do seu domicílio ou a Vara do Trabalho da sede da empresa, para protocolizar Reclamação Trabalhista decorrente da relação empregatícia.

c) a Vara do Trabalho da cidade de Itumbiara, local da celebração do contrato de trabalho, terá a competência territorial para processar e julgar qualquer Reclamação Trabalhista decorrente da relação empregatícia.

d) o juízo da Vara do Trabalho da cidade de Salvador, local onde o empregado hipossuficiente nasceu, será competente para processar e julgar a lide decorrente da relação empregatícia.

Questão 79

Em Reclamação Trabalhista movida por José da Vida contra a Empresa XPTO Ltda., o juiz proferiu sentença procedente em parte, mas condenou tanto o Reclamante quanto a Reclamada por litigância de má-fé. O Reclamante por ter alterado a verdade dos fatos e a Reclamada, por provocar incidente manifestamente infundado. No caso narrado, e com base na legislação vigente, é correto afirmar que

a) é possível a condenação tanto do Reclamante quanto da Reclamada por litigância de má-fé, sendo que o juiz condenará cada um na proporção de seu respectivo

interesse na causa.

b) não é possível a condenação tanto do Reclamante quanto da Reclamada por litigância de má-fé, tendo o juiz sentenciado em desacordo com a lei.

c) é possível a condenação tanto do reclamante quanto da reclamada por litigância de má-fé, sendo que o juiz condenará cada um em multa que deverá ser superior a 1% e inferior a 20% do valor corrigido da causa.

d) a litigância de má-fé somente atinge as partes no processo se ficar comprovado que uma de suas testemunhas intencionalmente alterou a verdade dos fatos ou omitiu fatos essenciais ao julgamento da causa, também tendo sido condenada por litigância de má-fé.

Questão 80

Em determinada reclamação trabalhista a empresa reclamada "Mitagem" Ltda. foi condenada em R$ 15.000,00 a título de reparação de dano moral sofrido por Bruna Felícia, sendo este o único pedido da referida reclamação. A empresa, inconformada, interpôs recurso ordinário, depositando regularmente o depósito recursal de R$ 10.000,00. O recurso ordinário foi recebido, mas negado provimento. Agora, a empresa pretende interpor recurso de revista.

Considerando que o valor do depósito recursal pertinente a este recurso é de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), para interposição do recurso de revista, a empresa

a) está obrigada a depositar o valor integral do depósito recursal referente ao recurso de revista dentro dos 8 dias de prazo para a sua interposição.

b) não está obrigada a depositar o valor integral do depósito recursal referente ao recurso de revista, devendo, no entanto, depositar o valor restante para atingir o valor da condenação.

c) não está obrigada a depositar mais nenhum valor a título de depósito recursal, ainda que não tenha atingido o valor da condenação, obedecendo-se o princípio da menor onerosidade recursal.

d) não está obrigada a depositar o valor integral do depósito recursal referente ao recurso de revista, devendo, no entanto, depositar o valor mínimo exigido por lei, qual seja, metade do teto estabelecido pelo TST.